

Ministério dos Negócios Estrangeiros:**Decreto n.º 734/75:**

Aprova para ratificação a Convenção sobre a Administração Internacional de Heranças.

Decreto n.º 735/75:

Eleva o Consulado de 3.ª classe de Portugal em Estugarda à categoria de consulado-geral.

Ministério dos Transportes e Comunicações:**Declaração:**

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

Ministério do Trabalho:**Decreto-Lei n.º 736/75:**

Torna o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 463/75, de 27 de Agosto, apenas aplicável às questões emergentes das relações individuais de trabalho cujos pedidos de intervenção das CCJ dêem entrada após a publicação da portaria a que se refere o n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma.

Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 169, de 24 de Julho de 1975, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros:**Declaração:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 347/75, de 7 de Junho.

Ministério das Finanças:**Decreto n.º 396/75:**

Abre um crédito especial no montante de 590 000 000\$.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO**Lei n.º 15/75**

de 23 de Dezembro

Pela Lei n.º 9/75, de 7 de Agosto, foi criado o Tribunal Militar Revolucionário, para julgamento dos implicados na tentativa contra-revolucionária de 11 de Março de 1975.

Verifica-se, contudo, que as vantagens que daí poderiam advir, designadamente no aspecto da celeridade processual, não se concretizaram, pelo que não se justifica a subsistência de um órgão jurisdicional de natureza especial.

Usando dos poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o Tribunal Militar Revolucionário, criado pela Lei Constitucional n.º 9/75, de

7 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 425/75, de 12 de Agosto.

Art. 2.º É da competência dos tribunais militares, definida nos termos do Código de Justiça Militar e legislação complementar, o julgamento dos implicados na tentativa contra-revolucionária de 11 de Março de 1975.

Art. 3.º — 1. A instrução dos processos que eram da competência do Tribunal Militar Revolucionário continuará a cargo dos actuais promotores de instrução, sob a sua exclusiva responsabilidade.

2. A instrução obedecerá aos termos prescritos nos artigos 409.º a 426.º do Código de Justiça Militar e legislação complementar, exercendo os promotores de instrução as atribuições que naquelas normas pertencem aos agentes da Polícia Judiciária Militar.

3. No mais curto espaço de tempo, a partir da publicação desta lei, os promotores de instrução despacharão nos autos, confirmando ou não as detenções e os mandatos de captura já expedidos.

4. Os autos, depois de terminada a instrução, serão conduzidos ao director do Serviço de Polícia Judiciária Militar, criado pelo Decreto-Lei n.º 520/75, de 23 de Setembro, tendo o valor de corpo de delito.

Art. 4.º O disposto no Decreto-Lei n.º 39 287, de 21 de Julho de 1953, é aplicável aos processos a que se refere a presente lei.

Art. 5.º Para efeitos administrativos, os promotores de instrução, a que se refere o artigo 3.º, ficarão adstritos ao Serviço de Polícia Judiciária Militar.

Art. 6.º As medidas administrativas resultantes da extinção do Tribunal Militar Revolucionário serão promovidas pelo director do Serviço de Polícia Judiciária Militar.

Art. 7.º Esta lei entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada em Conselho da Revolução.

Promulgada em 15 de Dezembro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Lei n.º 16/75

de 23 de Dezembro

Pela Lei n.º 13/75, de 12 de Novembro, foi criado o Tribunal Militar Conjunto, com competência específica para o julgamento das infracções imputadas aos elementos das extintas organizações PIDE/DGS e Legião Portuguesa, bem como outras cujo conhecimento por esse Tribunal se mostrasse conveniente.

No entanto, a celeridade processual aí pretendida não viria a compensar a necessária morosidade que a criação de um novo tribunal envolve.

Nestes termos:

Usando dos poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

Artigo 1.º — É extinto o Tribunal Militar Conjunto, criado pela Lei Constitucional n.º 13/75, de 12 de Novembro, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 673/75, de 27 de Novembro.

Art. 2.º Os artigos 13.º e 14.º da Lei Constitucional n.º 8/75, de 25 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 13.º A competência para julgar os crimes previstos nesta lei, bem como outros praticados no exercício das suas funções pelos indivíduos abrangidos por este diploma, pertence aos tribunais militares territoriais de Lisboa.

Art. 14.º A execução das sentenças proferidas nos termos deste diploma regula-se pelas disposições do Código de Justiça Militar.

Art. 3.º Esta lei entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada em Conselho da Revolução.

Promulgada em 15 de Dezembro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Decreto-Lei n.º 730/75
de 23 de Dezembro

Convindo possibilitar uma melhor adequação dos efeitos da medida de expulsão das fileiras, prevista no Decreto-Lei n.º 314/75, graduando-os em conformidade com a respectiva gravidade das situações e considerando o benefício que daí poderá resultar para os militares abrangidos;

Usando dos poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 314/75, de 27 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

A expulsão a que se referem os artigos anteriores produzirá os seguintes efeitos:

- a) Suspensão temporária dos direitos políticos por tempo não inferior a dois anos, com todas as consequências que a lei penal estabelece;
- b)
- c)
- d) Impossibilidade de prestação de serviço remunerado, de qualquer natureza, em empresas nacionalizadas por período não inferior a dois anos.

Art. 2.º Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho da Revolução.

Promulgado em 15 de Dezembro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Resolução

O Conselho da Revolução, reunido em 11 de Dezembro de 1975, resolveu:

Nomear o capitão Rodrigo Manuel de Sousa e Castro para superintender no Serviço de Coordenação

da Extinção da ex-PIDE/DGS e LP, para o que poderá socorrer-se dos colaboradores que julgar necessários.

Conselho da Revolução, 11 de Dezembro de 1975. — O Presidente do Conselho da Revolução, *Francisco da Costa Gomes*.

Resolução

O Conselho da Revolução, reunido em 11 de Dezembro de 1975, resolveu:

Nomear o capitão António Alves Marques Júnior para superintender na Comissão de Inquérito do 25 de Novembro de 1975, para o que poderá socorrer-se dos colaboradores que julgar necessários.

Conselho da Revolução, 11 de Dezembro de 1975. — O Presidente do Conselho da Revolução, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Resolução

O Conselho da Revolução, reunido em 11 de Dezembro de 1975, resolveu:

Delegar no major José Bernardo do Canto e Castro a competência para apreciação dos recursos em matéria de saneamento da função pública, para o que poderá socorrer-se dos colaboradores que julgar necessários.

Conselho da Revolução, 11 de Dezembro de 1975. — O Presidente do Conselho da Revolução, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Resolução

O Conselho da Revolução, reunido em 11 de Dezembro de 1975, resolveu:

Aceitar o pedido de demissão do cargo de director do jornal *República* do coronel de infantaria, na situação de reserva, Jorge Inglês Gancho Pereira de Carvalho, para que havia nomeado por resolução de 9 de Julho de 1975, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 17 de Julho de 1975.

Que devem regressar aos respectivos ramos das forças armadas os componentes da comissão administrativa nomeados, pela referida resolução, para a Editorial República, S. A. R. L., capitão do serviço de administração militar António Fernando de Oliveira Torres e primeiro-tenente da Armada Tito Cerqueira.

Recomendar ao Governo que, por intermédio do departamento competente, tome as providências necessárias.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Segundo comunicação da 2.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, a declaração de transferência de verbas e alterações de rubricas no orçamento do Ministério das Finanças, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 261, de 11 de No-